



PODER

Com pauta extensa, STF amplia embate político

Judiciário lidou com questões sensíveis na política brasileira, com destaque para o avanço das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado, com conclusão prevista para o início de 2025, e das regras de transparência das emendas parlamentares

» LUANA PATRIOLINO

No centro das discussões mais importantes da política brasileira, o Poder Judiciário teve, em mãos, questões essenciais para o funcionamento da democracia do país. O Supremo Tribunal Federal (STF) se debruçou em regras de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, além de avançar na investigação sobre tentativa de golpe de Estado e debater a responsabilidade das plataformas digitais no combate às notícias falsas. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o desafio foi o enfrentamento do uso malicioso da inteligência artificial (IA) nas eleições municipais de 2024.

Os desdobramentos das emendas seguiram até as vésperas de Natal. O ministro Flávio Dino, do STF, determinou, nesta semana, a suspensão do pagamento de R\$ 4,2 bilhões do montante. O magistrado mandou a Polícia Federal (PF) abrir um inquérito para investigar o caso. Ele também ordenou que o governo só poderá executar o montante relativo ao ano de 2025 com a conclusão de todas as medidas corretivas ordenadas, como a indicação do autor e do beneficiário final dos recursos no Portal da Transparência, e a separação entre o relator do Orçamento e autor das emendas.

As emendas são indicações de gastos que deputados e senadores fazem no Orçamento do governo para obras e projetos nos estados que os elegeram. O pagamento estava suspenso desde agosto, por decisão do STF. A decisão obrigou o Executivo e Legislativo a trabalharem juntos para aprovar uma lei para dar mais transparência e rastreabilidade aos recursos.

Em dezembro, Dino autorizou, com ressalvas, a retomada do montante. A situação não gerou uma crise institucional, mas esbarrou no Judiciário, pois, na avaliação de especialistas, o texto aprovado possui lacunas sobre as divisões políticas dos recursos e, ao tirar o controle de uma parte considerável da execução do Orçamento, pode invadir a competência do governo — responsável por fazer a política pública dos repasses.

Para o professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA), Fabio de Sá e Silva, a atuação da Corte mostrou que, em meio a tantas disfunções que acometem as instituições, ainda pode fazer diferença na qualificação da democracia brasileira. “Isso ficou claro quando o ministro Dino, dando sequência ao que já fizera Rosa Weber, pressionou o Congresso a conferir transparência e rastreabilidade a emendas e, mais ainda, quando vieram à tona os detalhes da tentativa de golpe de Estado — os quais, dificilmente, saberíamos sem o trabalho da PF.”

O cientista político e advogado Nauê Bernardo de Azevedo vai além e afirma que há protagonismo do Supremo em todos os momentos agudos da República desde 1988. “Mas o STF não é o único órgão da Justiça brasileira, apesar de ser o órgão de cúpula. Tribunais como o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o TST (Tribunal Superior do Trabalho) também possuem imensa relevância”, ressalta.

Azevedo aponta a investigação do suposto golpe como o tema mais importante do ano em termos de repercussão, mas destaca outros assuntos com grande impacto na vida dos brasileiros. “A título de exemplo:

Gustavo Moreno/STF



STF refletiu a capacidade do poder de agir como pilar de estabilidade em um cenário político marcado por polarizações, diz analista

Retrospectiva

Relembre os assuntos mais importantes do Judiciário neste ano

EMENDAS

Recursos foram bloqueados pelo STF em agosto. Pagamento foi liberado em dezembro após aprovação de lei para garantir transparência e rastreabilidade.

TENTATIVA DE GOLPE

PF revelou detalhes da investigação que visava instaurar um golpe de Estado para impedir a posse de Lula. Descoberta ocorreu após a delação do tenente-coronel Mauro Cid.

MARCO CIVIL DA INTERNET

STF discute responsabilidade das big techs em conteúdos criminosos nas redes sociais.

MORAES x ELON MUSK

Bilionário descumpriu série de ordens judiciais do Brasil e travou embate público com o ministro do STF.

X FORA DO AR

Moraes mandou bloquear rede social no país e pagamento de multas até que a empresa se adequasse às normas exigidas.

HOMEM SE EXPLODE

Bolsonarista Francisco Wanderley Luiz lançou artefatos em direção ao STF e morreu durante o atentado

ABIN PARALELA

PF vê conexão entre esquema

de espionagem ilegal durante o governo Bolsonaro e tentativa de golpe.

DENUNCIADOS

PF indiciou Jair Bolsonaro e outros 36 pessoas por tentativa de golpe.

MILITARES PRESOS

PF prende ex-ministro Walter Braga Netto, alvo do inquérito de tentativa de golpe.

MACONHA

STF decidiu que não comete crime quem é flagrado com até 40 gramas de maconha destinada a consumo próprio.

TSE x IA

Corte Eleitoral definiu normas para uso da inteligência artificial e a vedação absoluta de uso de deep fake nas eleições.

VIOLÊNCIA NAS ELEIÇÕES

Campanha municipal registrou 76 assassinatos e 714 casos de violência em 2024.

PANCADARIA NOS DEBATES

Candidato Luiz Datena (PSDB) dá cadeirada em Pablo Marçal (PRTB) durante debate na TV. O assessor do ex-coach também desferiu um soco no rosto de Duda Lima, assessor do prefeito reeleito Ricardo Nunes (MDB).

a limitação de vagas para mulheres na Polícia Militar; a escolha de regra mais benéfica para aposentadoria; o porte de maconha; a lei que proíbe vacinação compulsória ou mesmo sobre o Marco Civil da Internet (embora este não tenha sido finalizado ainda)”, elenca.

Na avaliação do cientista político Elias Tavares, o protagonismo do Judiciário em 2024 reflete a capacidade do poder de agir como pilar de estabilidade em um cenário político frequentemente marcado por tensões e polarizações. “Para restaurar o equilíbrio, o Legislativo e o Executivo devem fortalecer sua capacidade de liderança, assumindo maior responsabilidade na criação de políticas públicas e demonstrando eficiência na resposta às demandas da sociedade. O desafio está em reequilibrar os papéis institucionais sem comprometer a autonomia do Judiciário”, aponta.

Golpe em destaque

Para 2025, a Justiça se prepara para o inquérito da Polícia Federal que indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 acusados por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado

Democrático de Direito. A denúncia está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR). Devido ao recesso de fim de ano no Supremo, que começou em 19 de dezembro e termina em 1º de fevereiro, a expectativa é a de que o julgamento da eventual denúncia ocorra somente no ano que vem.

Na investigação do golpe, agentes da PF recuperaram arquivos deletados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o plano “Punhal Verde e Amarelo”. A trama golpista previa reverter o resultado das eleições de 2022, além do planejamento de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes.

Caberá ao chefe do Ministério Público Federal (MPF), Paulo Gonet, decidir se Bolsonaro e os demais indiciados serão denunciados à Corte Suprema pelas acusações. As defesas dos investigados também deverão se manifestar nos autos do processo.

Neste ano, a PF também solicitou ao ministro Alexandre de Moraes compartilhamento de informações da investigação da chamada Abin Paralela, um esquema

de espionagem ilegal montado na Agência Brasileira de Inteligência. Para a corporação, há conexão entre as ações do esquema e a tentativa de golpe de Estado no país.

Outro momento que marcou o Judiciário neste ano e que, possivelmente, há ligação com o golpe, segundo a PF, é o atentado no estacionamento da Câmara dos Deputados e do STF, em novembro. Francisco Wanderley Luiz, de 59 anos, carregava uma mochila com explosivos e, após lançar outros artefatos, se deitou no chão e acionou a bomba junto à nuca. O homem morreu na explosão.

A Polícia Federal investiga a relação direta entre o fato e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na predação dos prédios dos Três Poderes. Natural de Santa Catarina, Francisco tinha alugado uma casa há 3 meses na região administrativa de Ceilândia, a 30 quilômetros do local das explosões.

Para o cientista político Elias Tavares, a Justiça demonstrou força em momentos críticos. “A tentativa de golpe foi um divisor de águas para o Judiciário. Ele mostrou que a democracia brasileira não se curva diante de ameaças, enviando uma mensagem clara

de que atos antidemocráticos não passarão impunes”, diz. “O Judiciário mostrou que está disposto a enfrentar as big techs, mas isso é só o começo. O verdadeiro desafio será criar uma regulação que seja eficaz, mas que também respeite direitos fundamentais”, completa.

Fabio de Sá e Silva reforça a importância do avanço das investigações. “Nada vai superar a conclusão dos inquéritos (das fake news, atos antidemocráticos, mídias digitais, joias, cartão de vacinas e golpe de estado) e o julgamento dos envolvidos, entre os quais devem aparecer figuras como Bolsonaro e generais. Isso não ‘recivilizará o Brasil’, como aspira o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, mas se acertarem mais que errarem na condução desses processos, o saldo final será favorável aos magistrados e ao país.”

Eleições

O ano na Justiça eleitoral, por sua vez, foi marcado pela posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do TSE. Ao assumir o lugar do ministro Alexandre de Moraes, o desafio se concentrou em tocar projetos de enfrentamento à desinformação nas eleições municipais

deste ano, além de julgamentos importantes como, por exemplo, os que envolvem o ex-chefe do Executivo.

No pleito deste ano, a Justiça Eleitoral saiu do radar de ataques de grupos extremistas que, no pleito anterior, tentaram descredibilizar as urnas brasileiras. Outro temor do Judiciário também não se concretizou: o uso da inteligência artificial (IA) para disseminação de notícias falsas.

Uma das razões para a ausência de ataque à Corte se deve ao fato de que a operacionalização e organização das eleições municipais ficam a cargo dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) nos estados. Nesse caso, o papel do TSE é prestar apoio logístico e institucional, além de concentrar a totalização dos votos.

Por outro lado, o tribunal enfrentou a onda de violência no pleito deste ano. Foram 76 assassinatos em 2024, segundo levantamento do Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Giel/Unirio). O número é mais que o triplo do mesmo período de 2020, quando foram contabilizados 168 casos de violência política. Em 2022, foram 174 casos. A situação fez com que a ministra Cármen Lúcia solicitasse aos Tribunais Regionais Eleitorais, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal prioridade na solução de casos.

Para o ano que vem

Além da conclusão do inquérito do golpe, o Supremo deve retomar, no ano que vem, o julgamento que discute a responsabilidade das redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. No total, são três ações que discutem o Marco Civil da Internet, lei que regula a atuação das plataformas no Brasil.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar as empresas pelos danos causados pelas publicações. Os processos em discussão estão sob relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux.

“O tribunal enfrenta uma questão complexa, frente à inércia do Legislativo em regular plataformas para coibir violações de direitos. Alguns processos relativos à reforma tributária e corte de gastos podem igualmente movimentar a pauta”, ressalta Fabio de Sá.

No balanço de fim de ano, Luís Roberto Barroso anunciou que, nas metas para o Judiciário em 2025, está o julgamento de processos mais antigos dos acervos. O magistrado também apresentou um resumo das atividades desenvolvidas pela Corte.

Ele citou temas, ações e projetos desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como a homologação do Plano Pena Justa, programa voltado ao aprimoramento do sistema prisional; e o fortalecimento do Pacto Nacional pela Linguagem Simples, que busca dar maior transparência aos textos jurídicos.

O presidente do STF destacou ainda as ações que vêm sendo feitas para reduzir a judicialização no país e mencionou a extinção de mais de 7 milhões de processos de execuções fiscais, além da diminuição de 14% na taxa de congestionamento de execuções ativas (de 83% para 69%).